

ATA DA 315ª ASSEMBLEIA ORDINÁRIA

Realizada em 10 de outubro de 2014

No décimo dia do mês de outubro de dois mil e quatorze, às treze horas e trinta minutos, no CEDCA, Rua Correia de Araujo, 93, Graças, Recife/Pernambuco é realizada trecentésima décima quinta Assembleia Ordinária do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA/PE. Registra-se a presença dos seguintes conselheiros(as): Nivaldo Pereira da Silva, titular do **Centro de Estudos e Desenvolvimento Social - CEDES**; Mallon Francisco Felipe Rodrigues de Aragão, titular da **Associação Comunitária Inajá Mendes**; Rosa Maria Lins de Albuquerque de Barros Correia, titular do **Gabinete do Governador** e Tiago Florêncio de Oliveira, suplente do **Gabinete do Governador**; Lidyane Lopes de C. Ferreira, titular da **Secretaria da Criança e da Juventude**; Jose Ricardo de Oliveira, titular do **CENDHEC** e Natuch Pinto de Lira, suplente do **CENDHEC**; Evanilson Alves de Sá, suplente da **Secretaria de Educação**; Lourdes Viana Vinokur, titular da **Associação PODE**; Alessandra Fam Galvão Machado e Silva, titular da **Secretaria de Saúde**; Fabiana Novelino Mariz, suplente do **Centro De Integração Empresa Escola De Pernambuco – CIEE/PE**; Joelson Rodrigues Reis e Silva, titular da **Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos**. Também se registra a presença da **Diretora Executiva do CEDCA**, Lídia de Oliveira Lira e dos seguintes membros da equipe técnica do CEDCA: Ana Paula Leão, Nely Barbosa, Márcia Santos, Ana Elisabeth Hale, Mariama Oliveira, José Clemente Neto, Neilma Rodrigues Paulo, Danielly dos Santos Mendes (estagiária do setor jurídico). Outras participações: Geraldo Nóbrega do Fórum Nacional dos Conselhos e Ex-Conselheiros Tutelares de Pernambuco – FCNCT/PE, Dra. Jacqueline G. A. Elinimas do CAODIJ – Ministério Público de Pernambuco – MPPE, Irismar Santana da Silva da UNICEF – Recife, Verônica Alves da Silva do Fórum DCA, Romero Silva do Movimento Tortura Nunca Mais, Leonardo E. de A. Lima do COMDICA de Vitória de Santo Antão, Cleide Nunes Tenório do Conselho Tutelar I de Caruaru, Nivaldo Benício Soares Júnior do Conselho Tutelar II de Caruaru, Maria Nazaré da S. Barros do Conselho Tutelar I de Caruaru, Roseana Maria de Lima e Daniel Barros da Secretaria Estadual da Criança e Juventude - SCJ, Gerailson Ribeiro da AMCONTEPE, Alexandre Nápoles Filho do COMDICA de Recife, Dra. Rosa Maria S. da Carvalheira da 32ª PJDCC do MPPE e Marcelo Teles do Departamento de Proteção à Criança e ao Adolescente - DPCA. A Plenária é coordenada pela presidente Rosa Maria Lins de Albuquerque de Barros Correia, que inicia com a aprovação da pauta, a conselheira Lourdes Viana solicitou um acréscimo inserindo o item “Coletiva de Imprensa”, que tratou da representação do CEDCA/PE em relação ao governo de Pernambuco no que se refere a falta de garantia de recursos para a manutenção do CEDCA/PE e outras providências no em relação a implementação de ações sob competência do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. A presidente Rosa Barros informou sobre o estado de saúde da conselheira Jaciara Arruda e Lídia Lira destacou a importância da contribuição da conselheira no CEDCA/PE e recomendou gestos de atenção no momento em que a conselheira enfrenta problemas de saúde. A conselheira Alessandra Fam sugeriu a formação de um grupo de conselheiros no aplicativo Whatsap, para possibilitar uma comunicação frequente. Nesse momento a assessora

de imprensa Mariama Oliveira do CEDCA criou o grupo de conselheiros no aplicativo, já disponibilizando para troca de mensagens. A presidente Rosa Barros iniciou a plenária com a apresentação de Marcelo Teles, convidado para socializar a estrutura e o funcionamento do DPCA (organização, fluxo de atendimento, delegacias, trabalho preventivo). O conselheiro Joelson Rodrigues formulou as seguintes questões: a ação preventiva é um projeto piloto? É planejada para outros lugares fora a região Metropolitana do Recife?; Existe uma limitação do DPCA para atender a demanda do Estado? Marcelo Teles respondeu que apesar da reduzida equipe, o planejamento viabiliza o atendimento da demanda, explicou sobre a ação “Família Segura”. A conselheira Lourdes Viana solicitou resposta sobre o caso de Gravatá (Entidade Oliveira Verde), (solicitou informações sobre os encaminhamentos feitos pela conselheira Gicelia) informou que os encaminhamentos foram dados pela conselheira Giselly, Marcelo não soube responder, pois seu trabalho trata da área de prevenção. O conselheiro José Ricardo questionou se o DPCA pretende capacitar policiais civis para uma intervenção mais qualificada. Marcelo respondeu ser essa uma atribuição da Polícia Civil, (não sendo papel da DPCA) (e que nesse sentido há possibilidade). Geraldo Nóbrega informou sobre a descentralização do DPCA para cobertura mais ampla no Estado e mencionou ser importante o CEDCA apoiar essa ideia. O conselheiro Mallon Francisco chamou atenção para a importância de (o CEDCA) contemplar (essa matéria) (as matérias deliberadas pelo CEDCA) no PPA 2016. A discussão alcançou questões relacionadas a importância do fluxo entre o sistema de Garantia de Direitos. Nesse sentido, Lídia Lira informou que a Cartilha de Fluxos, publicada pelo CEDCA PE é utilizada pelo DPCA, sendo a informação confirmada por Marcelo. O ponto seguinte da pauta indica o processo de escolha unificada dos conselheiros tutelares. O conselheiro Nivaldo Pereira socializou a oficina sobre o processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares em 2015 promovido pelo CONANDA onde participaram também Geraldo Nóbrega, Silvino Neto e Alexandre Nápoles. Geraldo Nóbrega, representante do FNTC/PE, citou os seguintes pontos em relação ao processo: disponibilizar cópias das portarias padronizadas; considerar que grande parte dos municípios não trabalham com a Lei 12.696; que as urnas eletrônicas não estão garantidas para todos os municípios; que é preciso garantir a presença de promotores em todas as comarcas. A proposta é que o CEDCA delibere sobre a formação de um Grupo de Trabalho - GT para apoiar os municípios na discussão do processo de escolha unificado. O conselheiro Mallon Francisco se preocupa com o orçamento definido por diversos municípios (que constituíram GT's e comissões regionais). O conselheiro Joelson Rodrigues sugere um GT interinstitucional. O GT foi aprovado pelo Pleno com a seguinte composição: dois(2) representantes do CEDCA, um(1) da AMUPE, FCCT, SCJ, AMCONTEPE, Fórum DCA e Escola de Conselhos. Foram aprovado Encontros Regionais para construção de Editais junto com os Conselhos Municipais. O Pleno reafirmou (o conselheiro Malon Francisco afirmou) que o GT não delibera. (Leonardo Lima afirmou que o GT) tem o papel de fortalecer os Conselhos. O conselheiro Joelson Rodrigues citou as metas para o GT: realizar encontros regionais, manter contato com o TRE para solicitar urnas e, assessoria técnica para elaboração dos editais. Alexandre colocou a importância de provocar os prefeitos para colocar a proposta no orçamento. A presidente Rosa Barros sugere enxugar a comissão para torná-la exequível. A primeira reunião ficou agendada para o dia 23 de outubro de 2014 às 9h no CEDCA. Verônica encaminhará documento solicitando a participação do COMANAS. O conselheiro Nivaldo Pereira solicita que a representante da SCJ apresente as ações desenvolvidas pela Gerência de

Fortalecimento e Articulação dos Conselhos Tutelares e de Direitos, que envolvem: trabalho com o SIPIA/CT WEB, Banco de Dados (municipal, estadual e nacional), processo de avaliação das capacitações feitas pelo Núcleo de Formação Continuada para fortalecimento dos Conselhos e equipe técnica. O conselheiro Nivaldo Pereira pediu esclarecimento em relação ao fato de que as ações da secretaria continuam a não serem deliberadas pelo CEDCA. Gerailson colocou que a precariedade dos Conselhos Tutelares - CT também ficaram sem resposta da SCJ e que não reconhece esse espaço de formação sem discussão com os CT's. Geraldo lembrou que o CONANDA criou parâmetros para a criação da Escola de Conselhos. O conselheiro Mallon Francisco ratifica a fala do conselheiro Nivaldo Pereira e solicitou que o CEDCA elabore uma Nota de Repúdio contra a SCJ. A conselheira Lourdes Viana concorda e aprova a Nota de Repúdio e afirma que a secretaria está na contramão do SGD. O conselheiro José Ricardo solicita aos representantes da secretaria resposta às indagações. Daniel esclarece que não houve intenção de desrespeito às instituições, responde que foram oficiados a Prefeitura e o Ministério Público e ainda explica que o Núcleo não é Escola. Roseana informou que as ações são continuadas porque acontecem desde 2012. A conselheira Lidiane Lopes afirma que a mudança foi apenas de espaço físico. O conselheiro Joelson Rodrigues informou conhecer o trabalho, que é anterior a SCJ, e que a Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos – SEJUDH faz esse acompanhamento, acredita que o termo “núcleo” tornou o entendimento confuso. A presidente Rosa Barros fez o seguinte encaminhamento: discussão posterior com pauta específica. **A Câmara de Políticas Públicas** inicialmente apresenta o Termo de Compromisso e a Nota Técnica da UNICEF/CENDHEC. **Em resposta a solicitação da entidade Pró-cidadania e foi recomendado uma ação em conjunto com a Escola de Conselhos.** Foi solicitado que fosse enviado para os conselheiros as informações da GRE Recife Norte sobre Fernando de Noronha. Lídia enfatizou a importância da discussão sobre a 1ª infância, foi deliberado que será marcada reunião para discutir o tema. O conselheiro Nivaldo Pereira citou que o Projeto apresentado pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos – SEDSDH, para o PPCAAM, analisado e discutido pela manhã com os conselheiros foi aprovado com sugestão de acompanhamento do Projeto. **A Câmara de Orçamentos, Finanças e Medidas Socioeducativas e Protetivas** solicita informações sobre o registro das unidades da FUNASE e sugerido que fosse analisado cada caso. O conselheiro José Ricardo sugeriu que uma orientação mais adequada fosse seguida. Foi encaminhado pela presidente Rosa Barros que o assunto será abordado em reunião extraordinária. Em seguida, a presidente agradece a presença e participação de todos(as), encerrando a Assembleia. Para constar, esta ata foi lida, aprovada e assinada pela presidente.

Rosa Maria Lins de Albuquerque de Barros Correia